

Gestão Ambiental da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil



**Gestão Ambiental
da Igreja Episcopal
Anglicana do Brasil**

**Grupo de Trabalho
Justiça Ambiental**

Abril de 2025



Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)

Av. João Dias nº 150, apto. 21, Santo Amaro

04724-000 São Paulo, SP

Tel: (11) 3530-0503

E-mail: ieab@ieab.org.br

Site: <https://ieab.org.br>

Elaboração: Grupo de Trabalho Justiça Ambiental

Ana Claudia Carvalho

Elisabeth Sherrill

Guilherme Gastal de Castro Ramos

Janaína Mitsue Kimpara

Colaboração: Centro de Estudos Anglicanos

Revda. Lúcia Dal Pont

Organização: Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento

Revda. Dilce Regina Paiva de Oliveira

Secretária Geral: Christina Takatsu Winnischofer**Bispa Primaz:** Revma. Marinez Bassotto**Diagramação:** Ricardo Issáo Ito**Ilustrações:** criadas com a ajuda do Microsoft Copilot**Fotografias:** <https://unsplash.com>



Conteúdo

Apresentação	7
O Amor Divino se Manifesta na Criação	8
Política Ambiental da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	12
Guia de Gestão Ambiental da IEAB	14
Introdução	14
Eixo 1: Resíduos	15
Eixo 2: Água	17
Eixo 3: Energia	20
Eixo 4: Construções Sustentáveis	23
Eixo 5: Floresta da Comunhão	25
Eixo 6: Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental	27
Eixo 7: Resiliência a Catástrofes	29
Eixo 8: Consumo Consciente	31
Avaliação Anual das Práticas Ambientais da Comunidade	34

Apresentação

O guia de gestão ambiental nasce do compromisso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) com a vida plena para todos os seres e com o cuidado da Criação, tal como registrado na quinta das Cinco Marcas da Missão: “Lutar para salvaguardar a integridade da criação, sustentar e renovar a vida da terra”.

Esta publicação foi preparada pelo Grupo de Trabalho de Justiça Ambiental com o intuito de ser um instrumento para apoiar nossas comunidades na construção de uma vida mais sustentável, justa e comprometida com o bem comum.

Aqui você encontrará uma reflexão teológica sobre nosso papel como cuidadoras e cuidadores da Criação, a Política de Gestão Ambiental da IEAB, e o Guia de Gestão Ambiental, organizado por oito eixos de interesse: 1) Resíduos; 2) Água; 3) Energia; 4) Construções Sustentáveis; 5) Floresta da Comunhão; 6) Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental; 7) Resiliência a Catástrofes; e 8) Consumo Consciente. E para finalizar, há um QR Code que nos leva a um questionário para avaliar o estado atual das práticas e cuidados ambientais em sua Comunidade.

Nosso desejo é que cada paróquia da IEAB se aproprie deste material, realizando uma autoavaliação sincera e contínua de suas práticas ambientais, assumindo pequenos, mas significativos passos rumo à transformação do nosso meio.

Cremos que Deus criou o mundo com amor e nos confiou a responsabilidade de sermos seus mordomos – cuidadoras e cuidadores desta Casa Comum. Que cada paróquia, cada família, cada pessoa se sinta chamada a colaborar. Começamos com o que está ao nosso alcance, confiando que, ao cuidarmos do pequeno, o Espírito nos guiará para ações maiores.

Que este guia inspire, encoraje e una nossas comunidades em torno da missão de amar, proteger e celebrar a Criação de Deus, para que todos tenham vida, e a tenham em abundância.

Christina Takatsu Winnischofer

Secretária Geral da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

O Amor Divino se Manifesta na Criação

Uma reflexão teológica sobre a justiça ambiental

Quero iniciar esta reflexão a partir do Livro da Gênesis, onde encontramos dois relatos da criação, Gênesis 1.1-2,4 e Gênesis 2.4b-25. Dois relatos diferentes, com dois olhares míticos de pontos de vista diferentes para esta construção. Estes capítulos abrem o todo da Bíblia.

Os textos Bíblicos são fontes de onde bebemos para saciar nossa sede, de onde vem a essência de nossa Fé. Por este motivo, precisamos compreender bem porque o povo fez estas duas narrativas da criação.

Embora estando como o primeiro livro da Bíblia, este livro foi escrito, no primeiro relato, quando o povo hebreu estava escravo no exílio da Babilônia. Longe de suas terras, sentiram a necessidade de pensar sobre como surgiu o mundo, a partir de sua fé e crença no Deus Libertador, aquele que o libertou do Egito da casa da servidão.

A linguagem do texto é fundamentalmente mítica ou mitológica. Não quero dizer que o que está escrito no texto é mentira, mítico não é mentira. Linguagem mítica é uma forma de comunicação das “verdades” fundamentais, podemos dizer que é uma figura de linguagem, está presente em praticamente todas as religiões.

A parte do povo Hebreu que estava exilado na Babilônia, conviviam com as afirmações de fé babilônica. Um famoso mito chamado de enumaelish, onde afirmava que um Deus, chamado Marduque, seria o criador do universo.

O povo Hebreu conhecia este mito e usaram partes dele para expressar o seu Credo de Fé, agregando elementos de sua tradição. Na Babilônia, o povo estava se sentindo nas trevas, daí a criação da Luz. Sentia-se como se estivesse afogando, daí a dominação das águas. Sentia-se como se estivessem no deserto, daí a separação das águas e da terra enxuta e a vegetação.

Na Babilônia, o sol, a lua, os astros eram vistos como deuses, por isso foram criados para marcar o tempo. Na Babilônia pensavam que as águas e os ares eram habitados por seres mitológicos, vem daí a criação de tudo que está submerso nas águas e o que voa nos ares.



No sexto dia da Criação, dia especial, vem a criação dos animais com quem o ser humano vai conviver ou se proteger, com dignidade assegurada para todos os elementos da criação, o próprio humano é pensado e afirmado como um elemento integrado na criação. Foi dado ao ser humano um elemento especial, a imagem e semelhança de quem o Cria. (Gn 1,26-31).

O texto bíblico aparece com palavras muito pesadas como, “dominar a terra e subjugar os animais”. (Gn 1.28). Os verbos “dominar” e “sujeitar” vem do pensamento e da linguagem do sistema que imperava na Babilônia da época. Para aquela realidade bruta, dolorida de escravidão que imperava, aquela linguagem fazia sentido.

O Gênesis 2 nos revela um outro relato da criação, uma continuação da Gênesis 1, parece uma observação óbvia, quem sabe uma correção, ou ainda um segundo relato da criação. Também em uma linguagem mítica constroem essa bela narrativa. Os estudiosos em Bíblia falam que Gênesis 2 possivelmente é um texto mais antigo que o Gênesis 1, talvez seja lá dos tempos iniciais da monarquia em Israel, século X a.C.

Dizem também que a perspectiva parece ser do ponto de vista agrário da Palestina. Com olhar de pessoas que vivem e convivem muito bem com a vida da roça, fala em jardim, até mais que um jardim uma horta ou um pomar. Aqui no capítulo 2 do Gênesis, a água é necessária para o cultivo, a Palestina é um lugar de pouca chuva, a água é elemento essencial para proporcionar vida e vida boa!

É interessante perceber que é deste solo seco, umedecido com água, que é feito ou criado o ser humano, em hebraico: (Adam), “feito do pó da terra”. O hebraico para “terra” é, (Adamah), terra boa para plantar e brotar a semente, húmus. O ser humano é feito da terra boa, encharcada, e com a terra e a água está intrinsecamente ligado.

Da relação com a terra também vem o mandato “Divino”, como está em Gênesis 2.15: “Deus tomou o adam, ser humano, e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e guardar”. Aqui a linguagem não é mais de poder e dominação como em Gênesis 1.28, mas de cuidado, para cuidar de todo o ser da Criação Divina. O ser humano deve cultivar, tirar o seu sustento e preservar o meio em que vive.

Nesta linguagem mítica de Gênesis 2.4ss, apresenta a vida do povo camponês da Palestina que deve cultivar a terra, dela tirar seu sustento para sua sobrevivência com experiência e sabedoria em espaço reduzido para não prejudicar e destruir o meio ambiente onde estão. Além disso o Adam, ser humano, tem a incumbência de guardar seu ambiente natural. O

verbo hebraico usado aqui, é o shamar, se traduz em vigilância. O Adam, ser humano, precisa estar sempre vigilante, cuidando da Adamah, terra mãe.

A partir desta lógica de sabedoria e de cuidado do meio onde habita, também entra a relação de igualdade e parceria entre os humanos criados, o adam, de uma só carne, a mulher e o homem, criados do Adamah, terra. A criação do homem e da mulher foram afirmados miticamente como “uma só carne” (Gn. 2.23). E criaturas de uma só carne viverem em parceria, respeito e cuidado, como iguais.

Como podemos perceber, Deus colocou o Adam, pessoas, no jardim, como jardineiras, pessoas cuidadoras, preservadoras da vida, não destruidoras. O ser humano se corrompeu no caminho, tornaram-se destruidores do Jardim. A ambição e o lucro desmedido transformaram o jardim em fonte de poder e de lucro, garantido a ganância e a ambição humana, juntando a terra e o lucro da terra como se dela fossem donos.

O Jardim transformou-se em terra arrasada e sem vida, terra árida. A natureza perdeu seu equilíbrio. As águas, rios que percorriam dentro do jardim, saíram de seus leitos. As nuvens passaram a se encher de chuva em demasia, em algumas partes, caindo tudo em trechos pequenos dentro do espaço do jardim. Em outras partes do jardim as nuvens não se enchem mais de água deixando a terra seca, árida.

Os animais que foram colocados no jardim, estão sendo extintos, ou treinados para servirem como escravos de trabalho ou de produto de troca e venda, tudo para alimentar a ganância de parte dos jardineiros que se acham donos, espertos. Muitos povos, tribos que faziam parte do jardim, foram transformados em força de trabalho, também como escravos ou servindo de mão de obra barata para garantir o lucro, muitas já não existem mais, foram extintas pelos jardineiros gananciosos, que tomaram a parte do jardim que lhes era de direito, para transformar em mercadoria de troca e venda.

É tempo de retomarmos a consciência de cuidado com o jardim. Não podemos mais estar indiferentes às catástrofes que estão devastando o jardim e os pequenos jardineiros e jardineiras, dos quais foram usurpados o direito de viver em plena harmonia dentro do jardim, com o direito a uma vida boa. Já sabemos a causa de tudo isso, é hora de buscarmos uma forma do bem viver no Jardim do qual fomos presenteados para cuidar, amar e se relacionar com dignidade e amor!

Como pessoas cristã, somos todos os dias chamadas a viver uma relação de amorosidades com toda a Criação. Precisamos agir com responsa-

bilidade diante do que nos cabe, iniciando em nosso ambiente doméstico, nas pequenas atitudes, mudando nossos hábitos, para não permitir que aquilo que foi criado, a partir do Amor, seja totalmente destruído pela ganância dos que perderam o vínculo com o Divino, Deus, Pai e Mãe, Criadora e Recreadora de toda forma de vida. Precisamos estar atentas aos povos originários que vivem em uma relação de respeito e harmonia com o meio onde habitam. Precisamos estar atentas aos povos originários e também acolher todas boas práticas de comunidades de base com experiências de cuidado da criação, como as catadoras, camponeses, agroecologistas... Vamos seguir aprendendo umas com as outras, uns com os outros.

Como disse o Bispo Humberto no texto para o dia dos povos indígenas de 19 de abril de 2024: “Caminhar com os povos indígenas e todos os povos originários, é reencontrar nossa fé que emerge das vítimas dos sistemas opressores, que proclama a vitória de Jesus, perseguido, torturado e assassinado – assim como estes povos têm sido – que Ressuscita para nos assegurar a vitória final sobre todas as formas de destruição e morte”.

Quando e como você, sua família ou sua comunidade de fé, vão iniciar a mudança de atitude para ajudar no cuidado do meio ambiente onde vivem?

Revda. Lucia Dal Pont

Coordenadora do Centro de Estudos Anglicanos (CEA)

Referências

- MESTERS, Carlos; OROFINO, Francisco. A Terra é nossa Mãe. PNV, 235/236. CEBI, Centro de Estudos Bíblicos, 2007.
- PEREIRA, Pilato. Ecologia integral, justiça e Paz com a criação. Editora e livreria Inclusividade, 2022.

Política Ambiental da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Princípio

A Política de Meio Ambiente da IEAB tem como princípio fundamental a sustentabilidade, contemplando as dimensões econômica, ambiental e social fundamentadas na espiritualidade cristã.

Com base nestes princípios buscará fomentar um estilo de desenvolvimento econômico que tenha por objetivo o desenvolvimento humano nas dimensões material, intelectual, social e espiritual, respeitando os limites da Criação de Deus e promovendo a distribuição equitativa de seus frutos, recursos e serviços ecossistêmicos, contribuindo para a construção de uma sociedade baseada na justiça e promoção do bem comum, conforme as Cinco Marcas da Missão.

A IEAB buscará ser um espaço para formação, discussão e articulação por meio de parcerias e trabalho em redes já existentes na atuação pelo desenvolvimento sustentável, pela conservação dos habitats, pela preservação do equilíbrio ecológico e pelo combate e adaptação frente às mudanças climáticas. Esta atuação deverá ter como linha condutora a promoção da justiça ambiental, buscando fazer com que o cuidado com a Criação seja exercido de forma a garantir as condições de vida com dignidade para as gerações futuras, para todas as regiões do país, considerando e aplicando o saber dos povos originários e quilombolas e atuando com foco nos ambientes e populações mais vulneráveis.

A IEAB também irá trabalhar na redução dos próprios impactos ambientais negativos, por meio do uso de ferramentas de monitoramento e gestão ambiental, buscando seu aprimoramento contínuo, incluindo a sustentabilidade e salvaguarda da Criação em sua liturgia, servindo assim, de exemplo para a mudança de paradigma ambiental nas organizações eclesiais.

Compromissos

Para alcançar o objetivo de contribuir para um mundo em que todas as pessoas possam viver com dignidade e em nova forma de relação sustentável e harmoniosa com a Criação, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil se compromete, através de todas as suas dioceses, comunidades, instituições, Bispos e Bisposas, pessoas clérigas e leigas a promover e colocar em prática esta política ambiental, assumindo os seguintes compromissos:

1. Manter presente em sua liturgia a Salvaguarda da Criação e a promoção da Justiça Ambiental;
2. Construir um plano de metas para contribuir com a sustentabilidade, implementando a Política Ambiental com base em diagnóstico por Diocese e Comunidade, estabelecendo metas e prazos para monitoramento da efetividade das ações;
3. Adequar as instalações das paróquias no sentido de promover a sustentabilidade, por meio de construção e implementação de projetos para energia renovável, reutilização de água, utilização de água da chuva, coleta seletiva de resíduos para reciclagem, entre outras;
4. Incluir a pauta da Justiça Ambiental nos eventos e na formação de lideranças juvenis e na educação cristã para crianças;
5. Inserir a pauta sobre o cuidado com a Criação e a Justiça Ambiental na formação teológica;
6. Produzir conteúdo sobre Justiça ambiental para informação, divulgação das ações realizadas pela Igreja, bem como sobre seu posicionamento frente a questões relacionadas a esta temática;
7. Promover cooperação na pauta de Justiça Ambiental atuando em redes já existentes, para apoiar iniciativas nacionais e internacionais de organismos ecumênicos, organizações da sociedade civil, órgãos governamentais, entre outros;
8. Promover apoio para aumentar a resiliência das Comunidades e atuar nas emergências relacionadas a desastres e eventos climáticos extremos como enchentes, deslizamentos, incêndios, entre outros;
9. Promover iniciativas para integrar a Agenda 2030 no planejamento das ações da IEAB;
10. Atuar na denúncia de projetos predatórios e injustos atuando com voz profética na luta por Justiça Ambiental, Dignidade e Igualdade.

Aprovado pelo Conselho Executivo em 18 de setembro de 2024.

Guia de Gestão Ambiental da IEAB

Introdução

O “Guia de Gestão Ambiental da IEAB” é parte de uma ferramenta dedicada à integração de princípios teológicos com a imperativa responsabilidade de viver em harmonia com a Criação e promover a justiça ambiental a partir das Comunidades Anglicanas, sejam elas Paróquias, Missões ou demais entidades de ensino e apoio da IEAB. Este Guia busca alinhar as práticas cotidianas das Comunidades Anglicanas com os ensinamentos teológicos e melhores práticas ambientais com especial atenção ao potencial de articulação de redes de atuação em causas ambientais e de multiplicação de boas práticas ambientais que a IEAB possui.

Este guia está dividido em eixos temáticos para fins didáticos, no entanto cabe salientar que as questões ambientais são multidisciplinares, a interconexão entre os eixos é intrínseca e o trabalho pode e deve ser conduzido pensando na melhoria do desempenho ambiental de cada Comunidade como um todo. Ao dividir o guia em módulos temáticos, como Resíduos, Água, Energia, Construções Sustentáveis, Preservação da Biodiversidade e Florestas da Comunhão, Mudanças Climáticas, Resiliência a Catástrofes e Consumo Consciente, buscamos não apenas oferecer práticas sustentáveis, mas também cultivar uma consciência ecológica crítica e atual. Cada ação proposta não é apenas uma resposta prática às necessidades ambientais, mas uma expressão concreta de amor ao próximo e à Criação.

Desejamos que este guia inspire um comprometimento renovado com o cuidado do mundo que Deus nos confiou, promovendo ações de escala local, alerta e conscientização para denúncia de injustiças e articulação a partir das Comunidades para promover transformações positivas da forma de existência e atuação das Comunidades Anglicanas.

Cada Eixo Temático está subdividido em 3 itens: 1. Embasamento Teórico, 2. Questões para Reflexão em Grupo e 3. Ações Práticas, de forma que os oito eixos temáticos possam ser trabalhados em cada Comunidade em reuniões presenciais ou à distância ao longo de um ano. Depois que cada Eixo Temático for trabalhado em grupo, sugerimos o preenchimento da respectiva “Planilha de Avaliação Anual das Práticas Ambientais da Comunidade” resultando em uma pontuação de 0 a 10 para cada Eixo Temático, a fim de incentivar a execução das ações e a melhoria contínua das Comunidades ao longo do tempo.

Eixo 1: Resíduos

1. Embasamento Teórico

A gestão de resíduos é essencial para a promoção da sustentabilidade e para a preservação do meio ambiente. A abordagem adequada dos resíduos contribui para a redução da poluição e para a conservação de recursos naturais. O princípio-chave é seguir a hierarquia de gestão de resíduos, que



consiste em priorizar a prevenção ou redução da geração de resíduos, a reutilização, a reciclagem e, por último, a disposição final adequada.

Prevenção ou redução da geração: Busca-se reduzir a geração de resíduos, incentivando práticas de consumo consciente e ações que minimizem a produção de lixo.

Reutilização: Propõe-se a extensão da vida útil de produtos, promovendo a doação, reparo e reutilização de itens, evitando seu descarte precoce.

Reciclagem: Destaca a importância de separar materiais recicláveis para encaminhamento à reciclagem, contribuindo para a economia circular.

Disposição Final: Quando inevitável, a disposição final deve ser realizada de maneira ambientalmente responsável, priorizando aterros sanitários controlados.

No Brasil temos diferentes realidades quanto à coleta municipal de resíduos, sendo que em algumas localidades é possível contar com coleta seletiva de resíduos. É importante pesquisar e adequar a segregação e disponibilização dos resíduos gerados aos horários e locais de coleta do município onde a Comunidade se localiza.

Também é importante atentar para a gestão dos resíduos perigosos que são aqueles com elevado poder de poluição como é o caso de pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e óleo de cozinha usado, entre outros. Estes resíduos devem ser segregados na fonte e destinados para pontos de coleta disponibilizados pelo poder público ou entidades locais, uma vez que não devem ser destinados a aterros comuns.

Quanto aos resíduos orgânicos avalie a possibilidade de instalação e uso de composteiras. A compostagem é uma metodologia simples e barata para transformação de resíduos orgânicos em adubo orgânico que pode ser

utilizado nos pátios, floreiras e hortas da própria Comunidade ou ser doado aos membros. É uma prática que reduz o gasto da sociedade com a gestão de resíduos, pois diminui os custos com transporte/destinação de resíduos e aumenta a vida útil dos aterros sanitários.

2. Questões para Reflexão em Grupo

- Existe coleta seletiva no bairro ou município onde a sede da Comunidade se encontra?
- Como podemos reduzir a geração de resíduos em nossas atividades diárias na Paróquia/Comunidade?
- Quais práticas de consumo consciente podemos promover entre os membros da Comunidade?
- Como podemos incentivar a reutilização de itens e a doação de objetos em bom estado?
- Quais ações podemos implementar para facilitar a separação de resíduos na origem em nossa Comunidade?

3. Ações Práticas

- Reduzir o consumo de copos, talheres e pratos plásticos nas promoções e refeições realizadas.
- Campanhas de Conscientização: Realize campanhas regulares para conscientizar os membros da Comunidade sobre a importância da gestão de resíduos.
- Pontos de Coleta Seletiva: Caso não existam na proximidade, estabeleça pontos de coleta seletiva para facilitar a separação adequada de resíduos recicláveis.
- Feiras de Trocas e Doações: Organize eventos regulares para troca e doação de itens entre os membros da Comunidade, incentivando a reutilização.
- Parcerias com Cooperativas de Reciclagem: Estabeleça parcerias com cooperativas locais de reciclagem para destinar corretamente os resíduos recicláveis.
- Compostagem Comunitária: Implemente projetos de compostagem para reduzir resíduos orgânicos e produzir adubo para a Comunidade local.

Eixo 2: Água

1. Embasamento Teórico

A gestão sustentável da água é fundamental para assegurar que todos tenham acesso a este recurso vital. Na perspectiva teológica, a água é considerada uma dádiva divina para a vida, um elemento essencial na Criação e no sustento de toda a humanidade. Reconhecendo a água como um presente



sagrado, devemos buscar não apenas a eficiência no seu uso, mas também a justiça hídrica, garantindo que cada pessoa e Comunidade tenham acesso equitativo à água de qualidade. Além disso, é vital considerar a água como parte integrante do ciclo hidrológico, compreendendo que a preservação dos ecossistemas aquáticos e o manejo responsável desse ciclo são essenciais para a sustentabilidade. Portanto, a gestão da água não é apenas uma prática ambiental, mas uma expressão de cuidado com o dom da vida e um compromisso com a equidade social.

Pensar na gestão da água também se estende ao tratamento de efluentes e à disposição adequada da água utilizada em espaços comuns, como cozinhas, refeitórios e banheiros. Portanto é necessário encarar não apenas a água que consumimos, mas também aquela que deixamos como resíduo. Tratar os efluentes de maneira responsável é uma expressão prática do respeito pela integridade dos ecossistemas hídricos. Ao adotar práticas como o tratamento de efluentes para reduzir a poluição hídrica e a reutilização consciente da água, a Paróquia não apenas atende a padrões ambientais, mas também expressa um compromisso mais profundo com o respeito à Criação e à promoção do bem-estar social. Nos locais onde existe rede pública disponível para coleta de esgoto é importante certificar-se que os efluentes estão corretamente ligados à rede e não são encaminhados ou misturados à rede de drenagem pluvial que deve ser dedicada exclusivamente para o direcionamento das águas da chuva. Nos locais afastados dos centros urbanos ou onde não exista rede de coleta de esgoto podem ser utilizadas soluções locais de tratamento e disposição de efluentes como fossas sépticas e sumidouros.

Além de reconhecer a água como uma dádiva essencial para a vida, é imperativo abordar desafios contemporâneos relacionados à gestão das águas pluviais, especialmente em ambientes urbanos. O fenômeno da impermeabilização do solo, decorrente do desenvolvimento urbano desordenado, tem impactos significativos no ciclo hidrológico e na qualidade da água. O crescimento de superfícies impermeáveis, como ruas e edifícios, impede a absorção natural da água pelo solo, aumentando o escoamento superficial e a probabilidade de enchentes. Enfrentar esses desafios é uma extensão do cuidado divino pela Criação, exigindo a adoção de práticas que preservem a integridade dos recursos hídricos. Assim, instigamos as Comunidades a buscarem soluções inovadoras para mitigar os impactos da impermeabilização, promovendo práticas construtivas que favoreçam a permeabilidade do solo, como o uso de pavimentos permeáveis, áreas verdes urbanas, instalação de telhados verdes, sistemas de coleta e reuso de água da chuva e sistemas de drenagem sustentável.

2. Questões para Reflexão em Grupo

- Quais são nossos principais usos de água na Paróquia, e como podemos torná-los mais eficientes?
- Como podemos sensibilizar os membros da Comunidade sobre a importância da conservação da água?
- Quais práticas podemos adotar para reduzir o desperdício de água em nossas atividades diárias?
- De que maneira podemos contribuir para a preservação dos corpos d'água em nossa região?
- É possível diminuir o impacto das construções da Comunidade sobre a impermeabilização do solo e drenagem urbana com aumento de áreas verdes/canteiros ou outras medidas?

3. Ações Práticas

- Campanhas de Conscientização sobre o Uso Responsável: Realize campanhas educativas para promover o uso responsável da água, destacando práticas simples que cada indivíduo pode adotar.
- Instalação de Cisternas para Coleta da Água da chuva: Verifique a possibilidade de instalação de sistemas de coleta da água da chuva que permitam seu reaproveitamento para usos menos nobres como rega de plantas, descarga em banheiros ou limpeza do chão.

- Instalação de Dispositivos Economizadores: Avalie a instalação de dispositivos economizadores de água em torneiras, chuveiros e descargas.
- Manutenção de Infraestrutura Hidráulica: Estabeleça planos regulares de manutenção para identificar e corrigir vazamentos na Paróquia.
- Participação em Projetos de Conservação: Colabore com organizações locais ou iniciativas de conservação de corpos d'água, participando de ações de limpeza e preservação.

Eixo 3: Energia

1. Embasamento Teórico

A gestão de energia busca reduzir o consumo, promover fontes renováveis e aumentar a eficiência energética. Isso não apenas diminui os impactos ambientais, mas também contribui para a economia financeira a longo prazo.

Uma abordagem teológica para o eixo da energia não apenas reconhece a importância vital desse recurso, mas também entende que as escolhas energéticas têm implicações profundas em questões ambientais e climáticas. No contexto do Brasil, a matriz energética diversificada reflete a interseção complexa de fontes renováveis e não renováveis. O Eixo 3 deste Guia nos convoca a refletir sobre como nossas escolhas energéticas afetam a Criação e como podemos adotar uma postura mais sustentável em relação a elas.

As fontes renováveis, como solar, eólica e biomassa, estão mais alinhadas com a responsabilidade de preservar a harmonia da Criação, pois são consideradas menos impactantes em termos de emissões de gases de efeito estufa e danos ambientais. Em contraste, fontes não renováveis, como combustíveis fósseis causam maiores impactos ambientais negativos, pois sua extração e queima contribuem significativamente para a poluição da atmosfera e mudanças climáticas uma vez que aumentam a emissão de gases do efeito estufa. Assim, uma transição para fontes de energia mais sustentáveis não é apenas uma escolha ambientalmente responsável, mas também um compromisso com a justiça climática, reconhecendo o impacto desproporcional das mudanças climáticas sobre os mais vulneráveis, conforme será abordado em mais detalhe no Eixo 6 Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental.

Portanto, a gestão energética nas Paróquias Anglicanas não é apenas uma questão pragmática de eficiência, mas uma oportunidade de testemunhar a fidelidade ao cuidado de Deus pela Criação e a responsabilidade de proteger os mais frágeis diante do aumento de eventos climáticos extremos. Ao investir em fontes de energia renovável e promover a conscientização sobre a matriz energética, a Comunidade se torna uma voz ativa na



promoção de uma transição energética justa e sustentável.

Dependendo da localização da Comunidade pode ser viável a instalação de painéis solares ou eólicos, existem linhas de crédito que incentivam a aquisição destes equipamentos. Verificar a possibilidade de instalação de uma fonte de energia renovável é uma maneira de tornar as Comunidades mais sustentáveis energeticamente e financeiramente.

Quando não for possível modificar ou complementar as matrizes energéticas o foco de atuação deve passar para a economia de energia. Para isto, podem ser instalados lembretes visuais para utilização de iluminação e demais aparelhos elétricos apenas nos locais realmente em uso evitando a iluminação e refrigeração de cômodos ou peças vazios. Quando possível, recomenda-se instalar detectores de presença para a iluminação de corredores e pontos de passagem.

Quanto aos sistemas de climatização com ar-condicionado lembramos que o consumo de energia é proporcional à diferença de temperatura entre o ambiente interno e externo, portanto manter a climatização alguns graus mais fria no inverno e um pouco mais quente no verão também é uma forma de economizar energia.

Os aparelhos e aparatos de iluminação, refrigeração e ventilação podem, sempre que possível, serem adquiridos considerando, não só a sua durabilidade e qualidade, mas também a sua eficiência energética. No Brasil os aparelhos elétricos e eletrônicos mais eficientes possuem o Selo Procel com a classificação da eficiência energética, este selo classifica equipamentos elétricos/eletrônicos utilizando letras que vão de A a G, e utiliza cores que vão do verde ao vermelho. Conhecer as classificações do selo Procel nos permite interpretar corretamente as informações e tomar uma decisão de compra mais consciente e sustentável. Por exemplo, o selo Procel classificação A é o mais significativo, uma vez que indica que o aparelho eletrônico é um dos mais eficientes da categoria. Ou seja, entre vários produtos da mesma categoria, o que possui esse selo se destacou em eficiência energética.

2. Questões para Reflexão em Grupo

- Como podemos reduzir o consumo de energia em nossas instalações?
- Quais fontes de energia renovável podem ser viáveis para a Paróquia/Comunidade?
- Como incentivar a adoção de práticas mais eficientes no uso da energia entre os membros da Comunidade?

3. Ações Práticas

- A preferência pelos aparelhos que possuem a “Classificação A” do selo Procel é uma medida simples e que pode facilmente ser adotada na aquisição de novos aparelhos, quando estes forem necessários.
- Avaliação Energética: Realize uma análise do consumo de energia na Paróquia para identificar oportunidades de redução.
- Substituir lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas de LED que consomem menos energia.
- Instalação de Painéis Solares: Considere a instalação de painéis solares para gerar energia renovável.
- Educação sobre Eficiência Energética: Promova workshops e campanhas educativas sobre práticas eficientes no uso da energia.
- Uso de Tecnologia Inteligente: Implemente sistemas de automação e sensoramento para otimizar o uso de energia nas instalações.

Eixo 4: Construções Sustentáveis

1. Embasamento Teórico

Construções sustentáveis são aquelas que buscam minimizar o impacto ambiental, promovendo eficiência energética, uso responsável de recursos e materiais e a criação de ambientes mais sustentáveis, agradáveis e saudáveis.

Este eixo inclui técnicas que podem ser aplicadas na fase de projeto de novas construções e intervenções ou reformas que podem ser aplicadas a ambientes já construídos com objetivo de alcançar maior eficiência energética e redução do impacto ambiental. Optar por isolantes térmicos e tons claros para paredes ou telhados que recebem muita incidência solar, por exemplo, ajudam a manter temperaturas mais baixas nos templos e salões reduzindo a necessidade de refrigeração.

A introdução de telhados verdes é outra intervenção estrutural que não apenas acrescenta valor estético, mas oferece benefícios ambientais tangíveis. Além de fornecer isolamento adicional, reduzindo a necessidade de climatização artificial, os telhados verdes também têm a capacidade de absorver água da chuva, contribuindo para a gestão sustentável desse recurso. Essa prática construtiva, junto com a implementação de sistemas de captação de água da chuva e a promoção da ventilação natural, representa uma abordagem técnica para criar edifícios mais eficientes e sustentáveis.

Em resumo, as construções sustentáveis incorporam modificações estruturais e escolhas técnicas que visam minimizar o impacto ambiental, promover a eficiência energética e criar construções em maior harmonia com o ambiente natural.



2. Questões para Reflexão em Grupo

- Como podemos tornar nossas construções mais eficientes do ponto de vista energético?
- Quais materiais sustentáveis podem ser incorporados nas futuras construções ou reformas?
- Como podemos reutilizar materiais, estruturas e resíduos originados de reformas ou construções?

3. Ações Práticas

- Auditoria de Eficiência Energética: Realize auditorias nas instalações existentes para identificar oportunidades de melhoria.
- Incorporação de Tecnologias Verdes: Considere a implementação de tecnologias como telhados verdes, sistemas de captação de água da chuva e ventilação natural.
- Educação sobre Construção Sustentável: Promova workshops educativos sobre princípios de construção sustentável para membros da Paróquia.
- Estabelecer padrões sustentáveis para futuras construções e reformas.

Eixo 5: Floresta da Comunhão

1. Embasamento Teórico

A criação e preservação de áreas verdes, como florestas, não apenas contribuem para a biodiversidade, mas também desempenham um papel crucial na regulação do clima e na melhoria da qualidade do ar e da água. Com este enfoque foi criada dentro da Comunhão Anglicana o Projeto de Florestas da Comunhão.



A Floresta da Comunhão é uma resposta prática, espiritual e simbólica à crise ambiental, e um ato de esperança cristã para o bem-estar da humanidade e de toda a criação de Deus. É também uma iniciativa global que compreende atividades locais de proteção das florestas, plantio de árvores e restauração de ecossistemas, realizadas pelas províncias, Dioceses e igrejas locais da Comunhão Anglicana com o objetivo de salvaguardar a Criação.

Este projeto é um legado da Conferência de Lambeth de 2022 – uma expressão duradoura do tema da conferência: “Igreja de Deus para o Mundo de Deus – caminhando, escutando e testemunhando juntas/os”. Ela torna tangível nosso compromisso compartilhado com a Quinta Marca da Missão Anglicana: “Lutar para salvaguardar a integridade da Criação, sustentar e renovar a vida da terra”

2. Questões para Reflexão em Grupo

- Como podemos contribuir para a preservação de áreas verdes em nossa Comunidade?
- Que ações educativas podemos promover para sensibilizar os membros sobre a importância das florestas?
- Quais usos ou práticas sustentáveis podemos implementar nas áreas verdes da Comunidade?

3. Ações Práticas

- Projeto de Reflorestamento: Organize campanhas de reflorestamento com espécies nativas em áreas degradadas ou desmatadas.
- Manutenção de Áreas Verdes: Promova ações de limpeza e conservação de espaços verdes na Paróquia.

- Educação Ambiental para Crianças: Envolver as crianças da Comunidade em projetos de sensibilização para a preservação e uso sustentável de espaço verdes e florestas.

Eixo 6: Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental

1. Embasamento Teórico

O eixo das “Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental” é firmemente ancorado em uma compreensão teológica que reconhece a responsabilidade de proteger a Criação divina e garantir justiça em face dos desafios climáticos. Essa abordagem teórica surge da compreensão de que as mudanças climáticas não são apenas fenômenos afastados da realidade da Igreja, mas desafios éticos e espirituais que exigem uma resposta consciente e cientificamente acurada.



As nossas ações cotidianas como transporte, alimentação e geração de resíduos impactam na quantidade de Gases do Efeito Estufa (GEE) liberados na atmosfera, é importante tentar reduzir a emissão de GEE sem perder de vista quem são os grandes geradores e exigir através de denúncia e pensamento crítico, escolha de nossos representantes e pressão por mudanças nas políticas públicas que apontem para responsabilização dos grandes emissores e atenuação dos riscos e impactos das mudanças climáticas à população mais vulnerável.

É preciso compreender que a crise climática tem impactos desproporcionais sobre os mais vulneráveis, desafiando assim a equidade e a justiça. Essa compreensão teológica destaca a interconexão entre os sistemas climáticos globais e as estruturas sociais, enfatizando a necessidade de abordar não apenas os sintomas, mas também as causas subjacentes da crise climática.

Um ponto crucial a ser considerado é que apenas 1% das pessoas mais ricas do mundo emite a mesma quantidade de gases de efeito estufa que os dois terços mais pobres da população mundial, aproximadamente 5 bilhões de pessoas, segundo estudo recente publicado pela ONG Oxfam Internacional. Esse dado destaca não apenas a urgência de abordar a desigualdade na emissão de gases poluentes, mas também a necessidade de uma abordagem justa e inclusiva na resposta às mudanças climáticas.

A responsabilidade ética que emerge dessa perspectiva teológica é dupla: primeiro, mitigar as mudanças climáticas por meio da redução das

emissões de gases de efeito estufa e da promoção de práticas sustentáveis; segundo, buscar justiça ambiental ao garantir que as Comunidades mais impactadas, muitas vezes as mais pobres, recebam apoio adequado para enfrentar os desafios e eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e resultantes das mudanças climáticas.

Essa abordagem ressalta que a ação climática é inseparável da busca por justiça, convidando a Paróquia a desempenhar um papel ativo na construção de um mundo mais equitativo e sustentável.

Em decorrência do aprofundamento da crise climática e da presença já visível das mudanças climáticas em nossas vidas, principalmente através de eventos climáticos extremos, torna-se fundamental aliar às ações de redução de emissões as ações de mitigação, adaptação e aumento de resiliência, sobre as quais nos aprofundaremos no Eixo 7 - Resiliência a Catástrofes.

2. Questões para Reflexão em Grupo

- Como as mudanças climáticas afetam nossa Comunidade?
- Como podemos reduzir as emissões de Gases do Efeito Estufa no dia a dia da Comunidade?
- Quais ações podem ser tomadas para promover a justiça ambiental em nossa Paróquia?

3. Ações Práticas

- Campanhas de Conscientização: Realize campanhas regulares para informar a Comunidade sobre as mudanças climáticas.
- Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa: Implemente práticas para reduzir as emissões de gases poluentes na Paróquia.
- Participação em Iniciativas de Justiça Ambiental: Colabore com organizações que buscam garantir equidade nas questões ambientais.

Eixo 7: Resiliência a Catástrofes

1. Embasamento Teórico

Os eventos climáticos extremos como ondas de calor, inundações, vendavais, deslizamentos de terra e secas já tem aumentado em intensidade e frequência em consequência das mudanças climáticas. Existem ainda os riscos envolvendo desastres inerentes à geologia local como erupções vulcânicas e terremotos e as catástrofes de origem sócio-política como conflitos armados, rebeliões, etc.



As Igrejas e suas estruturas físicas e humanas podem ser tanto afetadas pelas catástrofes como utilizadas para o enfrentamento às situações adversas.

No contexto da resiliência a catástrofes, a abordagem teórica concentra-se na compreensão de que eventos extremos e situações de calamidade demandam não apenas respostas imediatas, mas também a implementação efetiva de planos de contingência. A teologia aqui busca inspirar uma mentalidade de preparação e solidariedade, reconhecendo a importância de cuidar da Comunidade em tempos de crise.

A criação de planos de contingência torna-se uma expressão prática da responsabilidade cristã de zelar pelo bem-estar do próximo. Perguntas teológicas emergem: Como podemos, como Comunidade, antecipar as necessidades em momentos de crise? Como demonstramos amor e apoio uns aos outros durante e após desastres e situações de calamidade? Essas reflexões são fundamentais para a construção de uma Comunidade preparada e resiliente.

Questões relacionadas à implantação de um plano de contingência incluem: Como podemos melhorar a infraestrutura de nossas instalações para resistir a eventos extremos? Como treinamos e mobilizamos voluntários para atuar de maneira eficaz em situações de emergência? Como garantimos o acesso a recursos essenciais, como água potável e abrigo, em tempos de crise? Essas considerações teológicas e práticas convergem para uma abordagem abrangente de resiliência, onde a preparação e a resposta eficaz são vistas como extensões do serviço cristão à Comunidade.

Portanto, a resiliência a catástrofes não se limita à reação imediata, mas é uma jornada contínua de preparação e cuidado, refletindo o compromisso de uma Comunidade em ser um farol de esperança e apoio, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Este eixo visa não apenas a preparação da Paróquia, mas também a promoção de uma cultura de segurança e cooperação que beneficia toda a Comunidade em situações de emergência.

2. Questões para Reflexão em Grupo

- Quais são as catástrofes e situações adversas com maiores probabilidades de ocorrerem em nossa região e como podemos nos preparar?
- A Comunidade possui um comitê de crise a ser acionado em caso de necessidade?
- Quais os dons e serviços esta Comunidade poderá dispor em tempos de calamidade ou emergência?
- Como podemos envolver a Comunidade na criação de um plano de contingência?
- Como a Comunidade pode atuar frente aos eventos de maior probabilidade de ocorrência?
- Quem são as pessoas da Comunidade que podem ser acionadas a agir e fornecer informações precisas para lidar com situações de catástrofes e emergências?

3. Ações Práticas

- Desenvolva um Plano de Contingência para a Comunidade estabelecendo pessoas responsáveis com telefone de contato, local de encontro e medidas básicas para o caso de desastres ou situações de emergência que envolvam a Comunidade.
- Treinamentos de Primeiros Socorros: Promova cursos de primeiros socorros para membros da Paróquia.
- Simulações de Evacuação: Realize simulações periódicas para garantir que os membros estejam familiarizados com os procedimentos de evacuação.
- Promova campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e material básico de limpeza para as populações em situação de vulnerabilidade sócio-ambiental.

Eixo 8: Consumo Consciente

1. Embasamento Teórico

O consumo consciente é uma expressão prática de nossa responsabilidade para com o mundo e seus habitantes. Baseado na ideia de que cada escolha de consumo tem implicações éticas e ambientais, este eixo enfatiza a importância de tomar decisões mais sustentáveis em relação aos bens e



serviços que utilizamos. Busca-se promover uma mentalidade que valoriza a qualidade sobre a quantidade, priorizando produtos sustentáveis, éticos e socialmente responsáveis com menor nível de industrialização e, oriundos da economia local, quando possível.

O consumo consciente também é uma das principais ferramentas que temos enquanto cidadãos para forçar a mudança para uma atuação menos predatória em relação ao meio ambiente de empresas e corporações que são, no fim das contas, os maiores causadores dos problemas ambientais vividos na atualidade. Vejamos por exemplo o exemplo dos casacos de pele de animais. Houve um declínio significativo na produção e no consumo destes produtos em muitas partes do mundo. Esse declínio é resultado de vários fatores, incluindo mudanças nas preferências de moda, conscientização crescente sobre questões éticas relacionadas ao uso de peles de animais e pressões por práticas mais sustentáveis na indústria da moda.

Outro exemplo semelhante ocorreu com os refrigeradores e outros eletrodomésticos emissores de CFCs (clorofluorocarbonetos), gases que tem o potencial de danificar a camada de ozônio e diminuir a sua capacidade de nos proteger da radiação excessiva do sol. A substituição de aparelhos que emitiam CFCs, prejudiciais à camada de ozônio, por alternativas mais seguras ocorreu principalmente devido a regulamentações ambientais após o Protocolo de Montreal de 1987. Essas normativas incentivaram a indústria a desenvolver tecnologias mais ecológicas. A mudança também foi influenciada pela crescente conscientização ambiental dos consumidores, que passaram a preferir produtos mais sustentáveis. Assim, a transição para eletrodomésticos menos prejudiciais ao meio ambiente foi impulso-

nada tanto por regulamentações governamentais quanto pela demanda do consumidor por práticas mais sustentáveis.

De maneira geral, os impactos causados pela cadeia de produção de qualquer produto incluem, por exemplo, a demanda por água, energia e matérias primas consumidos para sua elaboração e transporte até o local de consumo, além dos resíduos e efluentes líquidos gerados na sua produção e no seu descarte, portanto este é um Eixo que se relaciona com todos os demais Eixos tratados neste Guia.

Com esses princípios em mente, devemos considerar as condições de produção, os direitos dos trabalhadores, a dignidade e condições de vida dos animais, e os impactos sociais e ambientais ao escolher produtos e serviços, buscando selecionar aqueles que minimizem o impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida, desde a produção até o descarte. Se observarmos a natureza veremos que não existe resíduos ou rejeitos que não sejam de alguma forma reutilizados ou reaproveitados, e podemos nos inspirar nesta forma muito mais sustentável de existir e de se relacionar com o nosso entorno.

Consumo consciente passa também por uma reflexão a respeito das consequências econômicas de nossas escolhas. Produtos que são produzidos por cooperativas, pequenos produtores e que são provenientes da economia local tendem a produzir menores impactos ambientais, pois não dependem de grandes plantas industriais e não trafegam por grandes distâncias até que sejam consumidos, diminuindo assim a sua pegada de carbono, a geração de embalagens e resíduos. Além disso, comprar do comércio local mantém os recursos financeiros da comunidade, seja ela bairro, cidade ou país dentro da própria comunidade gerando mais emprego e renda nos locais onde vivemos.

Este eixo visa não apenas transformar hábitos de consumo na Paróquia, mas também inspirar uma mudança cultural em direção a práticas mais éticas, sustentáveis e socialmente responsáveis.

2. Questões para Reflexão em Grupo

- Como podemos conscientizar os membros da Paróquia sobre a importância de um consumo mais ético e sustentável?
- Quais são os produtos e serviços mais consumidos pela nossa Comunidade, e como podemos promover alternativas mais sustentáveis?
- De que maneira as escolhas de consumo afetam não apenas o meio ambiente, mas também as condições sociais e econômicas globais?

- É possível um sistema baseado no aumento infinito da produção e do consumo ser sustentável e conciliado com um sistema de recursos naturais finitos como é a Terra?

3. Ações Práticas

- Campanhas de Conscientização: Realize campanhas regulares para informar os membros da Paróquia sobre os princípios do consumo consciente.
- Feiras de Produtos Sustentáveis: Organize eventos que destaquem produtos locais, sustentáveis e éticos, promovendo a conscientização e o apoio à economia local.
- Educação sobre Rotulagem Sustentável: Ofereça workshops sobre a interpretação de rótulos para facilitar escolhas mais conscientes durante as compras.
- Programas de Troca e Doação: Estimule a cultura de trocas e doações de itens entre os membros da Comunidade, reduzindo o desperdício.
- Implemente um sistema para monitorar e avaliar o impacto das ações de conscientização e práticas de consumo consciente.

Avaliação Anual das Práticas Ambientais da Comunidade

O objetivo deste questionário é incentivar a mudança positiva na adoção de boas práticas ambientais da Comunidade através da avaliação anual das questões divididas em 8 (oito) eixos temáticos.

Responda ao questionário utilizando uma das opções de autopreenchimento disponível para cada questão.

Caso a questão não seja aplicável a sua Comunidade, você pode deixar a questão em branco.

Considere o período de um ano para ações realizadas pela sua Paróquia ou Comunidade quando pertinente.

Esse questionário poderá ser respondido uma vez a cada ano com objetivo de avaliar a evolução da sua Comunidade, incluindo uma resposta inicial que estabelece o ponto de partida para avaliação, ou seja, a condição inicial em que a Comunidade se encontra antes da aplicação das orientações e boas práticas contidas neste guia.

As respostas ficarão disponíveis para consulta ao final do preenchimento e serão utilizadas pelo Grupo de Trabalho de Justiça Ambiental para aperfeiçoamento da Gestão Ambiental da IEAB.

O sistema atribuirá pontuações seguindo os seguintes critérios:

Resposta	Pontuação
Sim	2
Não	0
Às vezes	1

Desta forma, a pontuação irá variar em cada eixo temático, de 0 a 10 pontos, resultando em uma pontuação geral máxima possível de até 80 pontos.

Aponte a câmera do seu celular para o QR code abaixo e responda às perguntas sobre os eixos temáticos trabalhados neste Guia:





Gestão Ambiental da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

O guia de gestão ambiental nasce do compromisso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) com a vida plena para todos os seres e com o cuidado da Criação, tal como registrado na quinta das Cinco Marcas da Missão: “Lutar para salvaguardar a integridade da criação, sustentar e renovar a vida da terra”.

Esta publicação foi preparada pelo Grupo de Trabalho de Justiça Ambiental com o intuito de ser um instrumento para apoiar nossas Comunidades na construção de uma vida mais sustentável, justa e comprometida com o bem comum.

